



Relatório do Encontro Nacional em Defesa da Previdência Social e do Serviço Social do INSS.



Data: 09 e 10 de julho de 2016

Local: Sala 11 do Hotel Nacional, em Brasília.

Estados presentes: RS – SC – PR – SP – RJ – ES – MG – BA – SE – AL – PE – PB – RN – CE – MT – GO – DF - PA

Número de participantes: 113

Organização: FENASPS em parceria com o CFESS

No sábado, 09 de julho de 2016, as 9h, teve início o Encontro Nacional em Defesa da Previdência Social e do Serviço Social do INSS, que contou com a participação de Assistentes Sociais de 18 Estados brasileiros e das entidades representativas da categoria e sindical.

O Encontro materializou uma estratégia para reunir forças e renovar o potencial de luta fundamental para o direcionamento ético, teórico e político da nossa profissão. Assim, a proposta do evento foi mobilizar a categoria diante do atual desmonte imposto as políticas sociais, com foco para a política previdenciária, e dos ataques direcionados ao Serviço Social no INSS.



De forma desrespeitosa aos trabalhadores e trabalhadoras de todo o país, o governo interino vem empreendendo várias iniciativas para acabar com os direitos previdenciários assegurados na Constituição de 1988. Essas iniciativas reverberadas em ataques diretos



iniciaram-se logo nas primeiras semanas do seu governo, com a MP 726/2016 que acabou com o Ministério da Previdência Social e distribuiu seus órgãos entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (INSS) e o Ministério da Fazenda (Dataprev, Previc). E, continuam a partir de uma campanha mentirosa que dissemina o discurso que a previdência é deficitária, logo, alvo prioritário do ajuste fiscal.

Diante disso, o encontro se tornou um espaço de conhecimento, esclarecimento e discussão da atual conjuntura política, econômica e institucional que estão imersos os servidores e usuários do sistema de Previdência Social do Brasil.

O encontro iniciou-se com uma mesa de abertura composta pelo diretor da FENASPS - Moacir Lopes, Maurilio Matos - presidente do CFESS e membros da comissão organizadora.

A mesa da manhã foi coordenada pela Prof^a Rivania (UFRN) e contou com a participação da Prof^a Sarah Graneman (UFRJ) que expôs sobre a temática: *“Crise do capital, conjuntura brasileira e reforma da previdência: desmistificando a falácia do déficit e construindo estratégias diante do dismantelamento da Previdência Social”*.





A profª Sara contextualizou o cenário atual de crise do capital e sua busca, incessante, para compensar a redução da taxa de lucros através da usurpação dos recursos do fundo público. Apontou ainda o panorama mundial de restrição de direitos, flexibilização das relações de trabalho e conseqüente ampliação da exploração do trabalhador, bem como, a estratégia do capital em atacar em múltiplas frentes os movimentos organizados e a classe trabalhadora em geral, desarticulando e diluindo as manifestações e enfraquecendo o potencial de luta de classes.

Com relação à Seguridade e à Previdência Social, a profª Sara mostrou que o orçamento da Seguridade é metade do fundo público e que parte significativa da arrecadação vem da Previdência Social, por isso, essa política é tão visada pelo capital e passa atualmente por tantas reformas que restringem direitos, obedecendo aos ditames das agências multilaterais.



A tarde, o CFESS realizou uma sessão de Desagravo Público dos Assistentes Sociais do INSS pelas manifestações desrespeitosas promovidas pelo blog perito.med, com acusações e ofensas a trabalhadores/as administrativos, assistentes sociais e gestores/as do instituto.

A sessão iniciou-se com o pronunciamento de Maurílio Matos, atual presidente do CFESS, que explicou o significado da ação. Segundo Maurílio, o desagravo é um procedimento público dirigido à sociedade para a defesa da dignidade da profissão e dos profissionais ofendidos. Além do CFESS, a sessão contou com a presença da diretora da FENASPS – Ana Lago que manifestou total apoio ao desagravo. Ao final, a assistente social Raquel Alvarenga (PB) proferiu uma nota pública em defesa dos trabalhadores (as) ofendidos, reafirmando os princípios éticos-políticos do Serviço Social, suas atribuições e prerrogativas



profissionais, bem como o compromisso da categoria com a qualidade dos serviços prestados à população.

<http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/Nota-desagravo-cfess-2016.pdf>.



As atividades prosseguiram com a mesa que contou com a participação das Assistentes Sociais do INSS, Marinete Moreira (RJ) e Evania Severiano (CE). A temática abordada foi "*O processo de trabalho do Serviço Social do INSS frente ao avanço do conservadorismo e a austeridade da política de previdência: desafios e perspectivas*". As duas palestrantes trouxeram elementos para "linkarmos" o contexto macro político e econômico ao qual atravessa o país com o processo de trabalho do assistente social do INSS. Contextualizaram a trajetória da profissão e seu compromisso com os processos de transformação social, com a luta de classes e a defesa da democracia. Sinalizaram para a necessidade de rompermos com uma visão endógena e focalista da profissão, isto é, uma visão "de dentro" do Serviço Social, prisioneira em seus muros internos, que conduz à acomodação, à rotinização e a mediocridade, bem como, evitarmos uma visão heróica que reforça a vontade política dos sujeitos sem confrontar com os limites e possibilidades da realidade. A partir disso, a perspectiva seria alargar os horizontes profissionais, olhar para mais longe, para o movimento das classes sociais e do Estado em suas relações com a sociedade.

No período da noite do dia 09/07, a plenária foi dividida em cinco grupos que tiveram como atividade discutir e apresentar proposta referente a quatro eixos de análise: conjuntura, organização política e sindical, processos de trabalho e atribuições profissionais. O espaço de grupos foi pensado para facilitar e aprofundar as discussões sobre os eixos sugeridos, estimulando a participação ativa ao possibilitar o direito a voz de todos os presentes. Os grupos reuniram-se na manhã do dia 10/07 e dentro de cada eixo foram construídas coletivamente propostas que posteriormente foram submetidas à aprovação da plenária no período da tarde. Abaixo segue os encaminhamentos e propostas aprovadas na plenária.



ENCAMINHAMENTOS:

CONJUNTURA

1. Fora Temer e toda a classe burguesa que vem se apossando do Estado brasileiro para promover um ataque e rapinar as riquezas e direitos sociais historicamente conquistados pela classe trabalhadora brasileira ao longo de décadas;
2. Por uma ampla construção de uma alternativa de esquerda, progressista e classista para os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros/as;
3. Manter uma posição firme contra a perspectiva da focalização das políticas sociais e da execução de políticas de governo centradas no incentivo à iniciativa privada, denunciando publicamente propostas restritivas do acesso aos direitos constitucionais, bem como, a aprovação de leis e emendas que possuam esta finalidade;
4. Por uma nova ordem societária que promova a emancipação humana, a união internacional entre os povos e negue toda e qualquer forma de exploração e opressão de classe, gênero, raça/etnia, cultura, orientação sexual etc.;
5. Defesa dos princípios éticos contidos em nosso projeto ético-político profissional, tendo na "liberdade" e "pluralismo" o nosso valor ético central;
6. Intensificar a articulação com os movimentos sociais e a classe trabalhadora, a partir da construção de alianças com setores da sociedade que partilham de nossos princípios ético-políticos, defendendo as lutas democráticas e combatendo a retirada de direitos;
7. Solidariedade aos trabalhadores e trabalhadoras franceses, que se encontram há meses lutando contra um governo pseudossocialista e que promove uma ampla, profunda e nefasta ofensiva contra os seus direitos trabalhistas e previ-



denciários, bem como, em países como Grécia, Portugal, Itália, Espanha, Argentina e outros;

8. Firmar posição contrária às tendências da reforma da previdência social em curso no Brasil, defendendo esta política enquanto política de seguridade social, pública, universal, solidária e sustentável, combatendo a retirada de direitos previdenciários dos trabalhadores e trabalhadoras do setor público e privado, do campo e das cidades, ativos, aposentados e pensionistas;
9. Denunciar os desvios de recursos da seguridade social (entendendo-a como um conjunto de políticas de proteção social e que vão além da previdência, saúde e assistência social) para sustentar a política macroeconômica regressiva do governo federal e pagamento de juros da dívida pública para beneficiar o capital rentista e especulativo, beneficiários deste Estado Máximo para o capital e mínimo para o social, utilizado-se para isso de mecanismos criminosos como a Desvinculação de Receitas da União (DRU) e a meta de Superávit Primário;
10. Contra o avanço das terceirizações no serviço público, bem como, as medidas e ideias neoliberais que atacam os direitos trabalhistas, a exemplo do aumento da jornada de trabalho (80 horas semanais, como propõe a CNI); a flexibilização da CLT; a redução do tempo de almoço de uma hora para 15 minutos; etc.;
11. Posicionamento contrário frente à condicionalidade de cadastramento prévio na concessão e manutenção do Cadunico imposta aos requerentes do BPC/LOAS como forma de dificultar e impedir o acesso ao benefício, ao aumentar a burocracia. Que a ausência do cadastro não impeça os requerentes de terem acesso ao benefício;



ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E SINDICAL

1. Estimular a importância de que todos/as os/as assistentes sociais se filiem às entidades sindicais nos seus respectivos estados, independente de posições e divergências político-ideológicas e de vinculação a entidades nacionais, buscando fortalecer a filiação por ramo de categoria e a luta coletiva da classe trabalhadora, participando das atividades sindicais (assembleias fóruns, reuniões, entre outros) e fazendo os debates "por dentro" das entidades, fortalecendo as lutas gerais e as lutas específicas;
2. Estimular a participação ativa nos processos eleitorais do conjunto CFESS/CRESS e das entidades sindicais que ocorrerão em 2017, nos respectivos estados, seja como eleitor, apoiador ou como candidato às diretorias, fortalecendo a luta dos trabalhadores (as);
3. Pleitear junto à FENASPS, CFESS e demais sindicatos que o encontro nacional do Serviço Social da Previdência continue ocorrendo anualmente, como uma das estratégias para manter a organização ético-política da categoria, com ênfase para o aprofundamento das discussões sobre o trabalho do assistente social e o fortalecimento do sindicalismo por ramo;
4. Manter ativo o Fórum Nacional dos/as Assistentes Sociais da Previdência, criado na FENASPS em 2010, possibilitando a realização de reuniões nas plenárias da FENASPS, com a representação e participação de assistentes sociais de todos os estados do país, tendo apoio dos sindicatos estaduais;
5. Que a FENASPS organize e promova o GT do Serviço Social no setorial do INSS para debater, formatar, articular e encaminhar questões inerentes às atribuições privativas da categoria à luz da lei que regulamenta a profissão e o Código de Ética versando com a política de Previdência e Assistência Social, conforme deliberado na plenária da FENASPS realizado em 06/03/2016. Esse GT seria composto por representantes da FENASPS, INSS, Conselho Federal



de Serviço Social (CFESS) e Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS);

6. Garantir a presença de representantes do Serviço Social da Previdência na Audiência da FENASPS com o novo presidente do INSS, no dia 12 de julho de 2016 (terça-feira). A plenária sugeriu o nome do assistente social Jorge Og, por sua atuação junto a movimentos políticos sindicais e sua recente experiência à frente da DSS;
7. Contribuir com os representantes da FENASPS na audiência com os gestores do INSS, através do repasse de informações que fortaleça a importância da atuação do Serviço Social nos benefícios previdenciários e assistenciais e desmistifique suposições infundadas feitas para criminalizar os trabalhadores;
8. Criação de um material, com a participação dos integrantes do GMADI, com memória, elementos e dados para a defesa do Benefício de Prestação Continuada como direito da pessoa idosa e da pessoa com deficiência, que possam subsidiar as discussões das entidades parceiras na defesa da seguridade;
9. Fortalecer o debate e a luta em defesa da carreira do seguro social para todos os trabalhadores e trabalhadoras do INSS, resolvendo situações absurdas que se arrastam dentro da autarquia, a exemplo do Vencimento Básico (o menor das carreiras do serviço público federal); Jornada de Trabalho; Treinamentos e Capacitações; Adicional de Qualificação (AQ); Adicional de Insalubridade; Liberações para Cursos Externos (Graduação e Pós-Graduação); condições técnicas e éticas de trabalho; assédio moral; atribuições e competências dos cargos, concursos públicos, modelo de gestão etc.;
10. Defender que a escolha dos cargos de representação técnica do Serviço Social no INSS (RT, RET, e DSS) seja feita por meio de amplo processo democrático de consulta ao conjunto destes profissionais. E que os critérios estabelecidos



para a escolha dos representantes leve em consideração as três competências necessárias ao exercício profissional: a ético-política, a técnico-operativa e a teórico-metodológica;

11. Propor que haja a unidade na luta por parte das entidades nacionais que representam os trabalhadores e trabalhadoras do INSS, em particular, FENASPS e CNTSS, num contexto extremamente adverso e desafiante de contra-reforma do Estado brasileiro;
12. Que sejam convocados pelo Governo Federal todos os aprovados no último concurso do INSS (2016), inclusive, com a convocação para além das vagas previstas, tanto para os cargos de técnicos do seguro social quanto de analistas do seguro social com habilitação específica em Serviço Social;
13. Ingressar com ação judicial, através da FENASPS, contra os responsáveis pela hospedagem e manutenção do intitulado "blog dos peritos médicos", pelas afirmações caluniosas, levianas e difamatórias que fizeram a todos os trabalhadores e trabalhadoras do INSS que não são peritos médicos;
14. Estimular a participação dos/as assistentes sociais do INSS nas comissões e/ou GTs de seguridade social/previdência do CRESS, a partir da criação e/ou fortalecimento desses espaços, com a descentralização e interiorização das ações/atividades. Garantir junto a Instituição a liberação para a participação dos assistentes sociais nos espaços supracitados;
15. Estimular e intensificar a participação dos/as profissionais nos grupos de servidores nas redes sociais e do WhatsApp, buscando fortalecer a consciência de classe e a luta dos trabalhadores, sem perder de vista a importância dos espaços presenciais para promover e qualificar estes debates;



16. Acionar os sindicatos e CRESS para intervir nas APS's e demais ambientes institucionais onde os assistentes sociais são coagidos a realizarem atividades que caracterizam desvio de função, no intuito de desenvolverem ações pedagógicas, políticas e de fiscalização profissional no enfrentamento de tais situações;
17. Realizar campanhas que estimulem os assistentes sociais a realizarem denúncias, junto aos órgãos competentes, frente a situação vexatórias e constrangedoras que surjam no cotidiano laboral, cito: assédios institucionais;
18. Que os sindicatos, em parceria com outras entidades que queiram participar, possam realizar em seus respectivos estados, um amplo debate em um Seminário sobre a "Reforma da Previdência" e seus efeitos para a classe trabalhadora brasileira, indicando a realização até antes das eleições de 02 de outubro deste ano, e que tais seminários possam ser abertos a outros interessados e não só os servidores do INSS, MS e MTE;
19. Produzir materiais com linguagem acessível a população (cartazes, carta aberta à população etc.) denunciando a reforma da Previdência e a Reforma do Estado;
20. Articular e compor a Auditoria Cidadã da Dívida Pública e a Frente de Defesa da Seguridade Social, apropriando-se do debate e denunciando o uso de recursos públicos para privilegiar a iniciativa privada;
21. Conjugar esforços e dar prosseguimento às mobilizações em prol do retorno do chefe da DSS, Jorge Og, em observância ao consensuado em processo de construção coletiva e das manifestações realizadas por motivo de sua exoneração;



22. Orientar aos assistentes sociais do INSS em todo o país, bem como, aos demais trabalhadores do INSS, que não aceitem propostas do Governo que estabeleçam mais "gratificações produtivistas" dentro do INSS, principalmente, gratificações que possuam vieses conservadores, de restrições de direitos previdenciários, e que têm como foco principal o "indeferimento de benefícios" sob o discurso da "austeridade fiscal" e de uma suposta "estabilidade econômica" ou de "redução de despesas" da Seguridade Social; À exemplo da Medida Provisória (MP nº 739/2016);
23. Articular e compor nas frentes parlamentares de defesa da previdência social estadual e nacional;
24. Fomentar a Secretaria de Saúde do Trabalhador nos Sindicatos/FENASPS;
25. Dar prosseguimento a organização dos fóruns estaduais de assistentes sociais em articulação com os sindicatos;
26. Promover discussões formais e informais com os servidores a fim de desmitificar informações/concepções falsas que circulam no meio institucional em relação a previdência social;
27. Articulação com sindicatos e outras organizações representantes dos trabalhadores a fim de provocar a mobilização e estratégias de enfrentamento contra a retirada de direitos;
28. Criar meios de enfrentamento ao assédio moral à categoria dentro dos espaços de trabalho e criar comitê para acompanhar os afastamentos em saúde dos trabalhadores do INSS;
29. Defender a criação de funções comissionadas para R.T's de gerencias executivas novas no INSS, bem como, para as RET's nas superintendências, na pers-



pectiva da valorização e do fortalecimento das responsabilidades e representação técnica do serviço social;

30. Defender a capacitação continuada e presencial via CFAI para todos os servidores, principalmente, para os novos trabalhadores e aqueles que não participaram de capacitações;
31. Realizar reunião com o novo diretor DIRSAT para apresentar o Serviço Social com a participação de Assistentes Sociais da Base. Serão indicados assistentes sociais por superintendência com o critério de ter participado do Encontro Nacional. Os nomes serão encaminhados para a Comissão Organizadora e esta encaminhará as indicações para a DSS, que se comprometeu a financiar a emissão de passagens e diárias;
32. Solicitação de audiência ao MDSA e INSS sobre a defesa do Serviço Social e BPC pelo CFESS e FENASPS com a presença de profissionais da base;
33. Realizar reunião com os assistentes sociais que estão nos diversos espaços para repassar informes do Encontro Nacional, preferencialmente organizados pelos sindicatos;
34. Indicar para a FENASPS, CFESS, e demais entidades e sindicatos a máxima publicização nos meios de comunicação sobre o Desagravo ao Blog dos Peritos Médicos, bem como a notícia da ocorrência do Encontro Nacional;
35. Solicitar às Comissões Organizadoras do XV CBAS e ENPSS socializar o Desagravo ao Blog dos Peritos Médicos;
36. Que na luta por melhores condições de trabalho da carreira do seguro social a FENASPS pontuem os problemas das profissões que possuem regulamentação profissional a exemplo dos assistentes sociais;



37. Retomar as discussões das 30 horas;
38. Defender a permanência do serviço social na avaliação da deficiência que expressa quebra do paradigma do modelo biomédico pelo modelo biopsicossocial que busca uma avaliação totalizante do indivíduo e articular, denunciar e esclarecer os movimentos em defesa das pessoas com deficiência, conselhos de direitos, entidades, órgãos de defesa de direitos a ameaça da retirada da avaliação social;
39. Criação de uma comissão nacional de referência, constituída pela base, para intervenção junto à DSS no que se refere às demandas relativas ao Serviço Social diante da atual conjuntura;
40. Fomentar a necessidade da ocupação das funções técnicas vazias que atualmente são 01 RET e cerca de 20 RT's a partir de decisão democrática com a participação da categoria.
41. Sugerir publicação no CFESS Manifesta sobre a desconstrução da seguridade social com abordagem sobre o mito do déficit da previdência, reforma da previdência e desconstrução de direitos nas políticas de previdência e assistência social;

PROCESSOS DE TRABALHO

1. Sugerir a criação de um grupo de trabalho para realização de debate crítico sobre o serviço de reabilitação profissional e para garantir a especificidade técnica do trabalho do Assistente Social dentro deste serviço;



2. Reivindicar que a matriz teórico metodológica do Serviço Social do INSS seja discutida nas reuniões técnicas como um dos eixos norteadores na defesa do serviço social do INSS;
3. Reivindicar a inserção de estágios obrigatório e não obrigatórios de serviço social e a produção de pesquisas por meio de acordos de cooperação técnica;
4. Defender que em todas as SST nas GEXs e SR's haja pelo menos mais um assistente social para dar apoio aos RT's e RETs, visando ampliar o alcance das ações e garantir a continuidade dos serviços nos afastamentos legais desses profissionais;
5. Garantir a reunião das equipes, pelo menos trimestral, nas gerências executivas;
6. Garantir reunião com todas e todos assistentes sociais, por APS, independente da área de atuação, como forma de articular os serviços;
7. Fortalecer o serviço social da previdência social no âmbito das ações voltadas aos benefícios previdenciários com a discussão sobre a utilização do parecer social, fortalecendo esse instrumento profissional;
8. Fortalecer o processo de trabalho com a construção e elaboração interna de orientações que deem suporte no exercício profissional;
9. Criar um mapa nacional das ações do Serviço Social, para socialização dos projetos das demais regiões;
10. Exigir Posicionamento e pronunciamento da DSS de todas as questões que envolvem o Serviço Social;



11. Exigir Pronunciamento da DSS sobre a liberação de recursos financeiros para reuniões técnicas que não tem ocorrido devido informações de que não há verba;
12. Fortalecer a articulação com a rede de serviços públicos, Conselhos de Direitos e Movimentos Sociais;
13. Romper com a cisão entre assistentes sociais que realizam sua prática profissional em outras áreas como a Reabilitação Profissional, buscando interlocução e discussão, mas, preservando as suas respectivas atuações, competências e particularidades;
14. Discutir a relação do Serviço Social e Reabilitação e resgatar projetos que respeitem a especificidade do Serviço Social sem prejuízo da especificidade profissional e da caracterização dos serviços;
15. Desenvolver as nossas atividades em articulação com outros setores e áreas do INSS, sem prejuízo a nossa identidade profissional e embasados na Matriz Teórico-Methodológica e no art. 88 da Lei. 8.213/91;
16. Otimizar o uso da página eletrônica (intraprev) para postagem de troca de experiências profissionais, discussão de projetos e dar visibilidade às ações do fortalecimento de coletivo e inserção nas lutas gerais dos trabalhadores;
17. Desenvolver ações de socialização das informações, fortalecimento do coletivo e assessoria junto aos usuários e movimentos sociais, fortalecendo a concepção de direitos e possibilidade da ação coletiva dos trabalhadores;
18. Assegurar agenda para trabalho externo, reuniões técnicas periódicas, demanda espontânea previdenciária e assistencial;



19. Consolidar projetos para o serviço social na linha da ampliação dos direitos previdenciários à população (principalmente pensão por morte e auxílio-reclusão);
20. Participação/contribuição das (os) Assistentes Sociais de base na construção e desenvolvimento de proposta junto aos GT's, bem como a socialização por parte dos membros dos GT's;
21. Horizontalizar e democratizar as informações referente aos processos de trabalho do Serviço Social (DSS, RET e RT);
22. Visibilidade interna e externa das atividades desenvolvidas pelo Serviço Social;
23. Defender o trabalho em equipe multiprofissional, de acordo com os parâmetros do conjunto CFESS/CRESS, evitando definições polivalentes que descaracterize as especificidades profissionais. À exemplo da Resolução CFESS nº557/2009 que "Dispõe sobre a emissão de pareceres, laudos, opiniões técnicas conjuntos entre o assistente social e outros profissionais";
24. Fortalecer as ações profissionais com foco nas linhas de ações dispostas no Manual Técnico do Serviço Social do INSS e fortalecer a dimensão política da Matriz;
25. Discutir sobre o instrumental da LC/142 que atualmente não atende a finalidade de inclusão proposta pela lei;



ATRIBUIÇÕES PROFISSIONAIS

1. Defesa da Matriz Teórica-Metodológica do Serviço Social do INSS e do artigo 88 da lei 8.213, de 23/07/1991;
2. Retomar a discussão sobre o decreto das atribuições publicado em janeiro de 2016 (Decreto nº 8.653, de 28/01/2016) que em seu art. 4º abre para possibilidades de desvio de função para todos os servidores e assistentes sociais. Decreto esse que rompeu com o acordo de greve, que prevê a constituição de uma comissão para discutir a carreira;
3. Organização de um grupo com representantes da base que acompanhe as discussões inerentes ao Serviço Social junto a DSS, para garantia da especificidade dos Assistentes Sociais nos trabalhos de equipe multidisciplinar;
4. Cobrar da gestão do INSS que, de forma célere e definitiva, seja resolvida a questão da oferta de vagas para estágio acadêmico obrigatório e não obrigatório, para estudantes dos cursos de Serviço Social;
5. Posicionamento contrário à ocupação do cargo de Chefe da DSS por profissionais que não tenham formação na área ou que não sejam do quadro profissional de assistentes sociais servidores do INSS, por compreendermos que isto fere a carreira e as prerrogativas técnicas que o cargo requer;
6. Posicionamento político contrário em relação à assistentes sociais assumirem cargos de gestão que não sejam inerentes ao Serviço Social em concomitância com a realização de atividades técnicas do serviço social;
7. Participar dos conselhos de direito e de políticas sociais como estratégia de fortalecimento do coletivo;